

# **ANTIFEMINISMOS E SUAS APROPRIAÇÕES MIDIÁTICAS DIGITAIS: implicações para as esferas democrática e cidadã<sup>1</sup>**

## **ANTIFEMINISMS AND THEIR DIGITAL MEDIA APPROPRIATIONS: implications for the democratic and citizen spheres**

Carla Negrim Fernandes de Paiva<sup>2</sup>  
Isadora da Silva Prestes<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma compreensão sobre as dinâmicas estabelecidas por atores antifeministas através de suas apropriações midiáticas e seus impactos nas práticas da participação cidadã. Analisamos entrevistas em profundidade realizadas com pesquisadoras da área e mobilizamos uma metodologia híbrida, que combina pesquisa exploratória e análise de conteúdo. Como resultado, a análise das entrevistas aponta que o antifeminismo tem se tornado cada vez mais difuso na esfera pública e a busca por garantir sua continuidade manifesta-se em sua atuação em plataformas digitais e na disputa por vitórias judiciais e políticas, bem como na articulação de uma reação global contra a chamada “ideologia de gênero”. Diante desse cenário, suas agendas e estratégias de mobilização suscitam um debate fundamental sobre sua influência e os impactos potenciais na participação cidadã.

**Palavras-Chave:** Antifeminismo. Comunicação Digital. Práticas Cidades.

**Abstract:** This article presents an understanding of the dynamics established by anti-feminist actors through their media appropriations and their impacts on citizen participation practices. We analyzed in-depth interviews conducted with researchers in the field and mobilized a hybrid methodology that combines exploratory research and content analysis. As a result, the analysis of the interviews indicates that anti-feminism has become increasingly diffuse in the public sphere and the effort to ensure its continuity is manifested in its actions on digital platforms and in the pursuit of judicial and political victories, as well as in the articulation of a global reaction against the so-called “gender ideology”. Given this scenario, their agendas and mobilization strategies raise a fundamental debate about its influence and potential impacts on citizen participation.

**Keywords:** Antifeminism. Digital Communication. Citizenship Practices.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2025.

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista – UNESP, doutoranda em Comunicação, carla.negrim@unesp.br.

<sup>3</sup> Universidade Estadual Paulista – UNESP, mestranda em Comunicação, isadora.prestes@unesp.br.

## 1. Introdução

Ao aprofundar a compreensão sobre a Comunicação Online e as práticas cidadãs, observa-se que o ambiente digital desempenha um papel central na ampliação da participação social, na democratização da informação e na mobilização coletiva. Esse avanço expandiu significativamente os horizontes da comunicação online, permitindo seu crescimento exponencial e potencializando as possibilidades de interação e participação. Nesse cenário, a comunicação online não apenas redefine as formas de interação social, mas também fortalece a construção de redes de engajamento e a reivindicação de direitos, consolidando-se como um espaço fundamental para a expressão e a atuação cidadã.

De acordo com Thompson (2005), a internet introduziu benefícios que a diferenciam dos meios de comunicação tradicionais, especialmente no que diz respeito à visibilidade, anteriormente restrita a um grupo limitado responsável pela produção de conteúdo. Com a democratização do acesso à internet, observa-se uma mudança nesse processo, na qual os usuários assumem simultaneamente os papéis de produtores e consumidores de conteúdo (JENKINS, 2010).

Atores sociais utilizam de canais de comunicação virtual para se promover, divulgar ideias, expressar suas demandas, mobilizar pessoas e informar a sociedade civil, utilizando para isso sites de redes sociais como X, Instagram, Facebook e Tiktok. Tendo em vista que o ambiente digital amplia o alcance das vozes individuais e coletivas, essas plataformas se consolidam como espaços estratégicos para o engajamento político-social, a construção de narrativas e a organização de ações voltadas à transformação social.

Embora essas plataformas tenham ampliado o acesso à informação e proporcionado voz a grupos historicamente marginalizados, elas também intensificaram o surgimento de contranarrativas. Segundo Luvizotto (2023), a emergência de narrativas e contranarrativas é benéfica para o ambiente democrático. A autora destaca que “a presença de diferentes grupos na sociedade civil, e até mesmo, de contramovimentos sociais, é uma prova da diversidade e pluralidade de ideias e opiniões e é essencial que haja espaço para o diálogo e a negociação entre eles para que se possa construir uma sociedade mais justa e democrática” (LUVIZOTTO, 2023, p. 04-05).

Esse fenômeno é particularmente evidente no contexto dos feminismos, movimento social que, nas últimas décadas, tem conquistado crescente visibilidade e espaço nas redes sociais. Atores adeptos desse movimento utilizam suas redes para mobilizar indivíduos em

torno das agendas feministas, que lutam pela igualdade de gênero. Além disso, buscam combater não apenas o patriarcado, mas também as desigualdades estruturais que afetam as mulheres de diferentes formas em razão de raça, classe, orientação sexual e outros marcadores sociais da diferença (AKOTIRENE, 2019).

Nas últimas décadas, em decorrência da onda conservadora que se espalhou por diversas partes do mundo, observou-se uma crescente resistência ao avanço de agendas progressistas, com destaque para os feminismos. Esses movimentos conservadores, fundamentados em valores tradicionais e na preservação de normas patriarcais, se posicionam contra a luta pela equidade de gênero e pelos direitos das mulheres. Dentro desse contexto, os movimentos de oposição aos feminismos, como os antifeminismos, ganham destaque, manifestando-se como uma reação direta às reivindicações feministas por igualdade de gênero, autonomia e direitos reprodutivos, por exemplo. Impulsionados por discursos conservadores, esses movimentos tendem a deslegitimar o feminismo com o objetivo de reverter os avanços conquistados ao longo das últimas décadas (FALUDI, 2001).

Considerando a exposição inicial, este trabalho tem como objetivo compreender as dinâmicas estabelecidas por atores antifeministas através de suas apropriações midiáticas e seus impactos nas práticas da participação cidadã. Para atingir esse objetivo, adota-se uma metodologia híbrida, que combina pesquisa exploratória e análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A pesquisa conta com entrevistas em profundidade realizadas com pesquisadoras da área, com o intuito de obter informações sobre os estudos e a atuação do contramovimento antifeminista, seus atores e os impactos nas práticas cidadãs. Essas entrevistas foram realizadas por meio de contato com quatro (4) pesquisadoras que investigam essa temática na Florida State University - Estados Unidos em 2024.

## **2. Impactos do uso das redes sociais nas dinâmicas cidadãs**

Nos últimos 50 anos, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) causaram um impacto substancial no cenário global (CASTELLS, 2005). Embora a transformação social seja impulsionada pelas dinâmicas sociais, é possível inferir que a tecnologia desempenhou um papel crucial ao facilitar o desenvolvimento de novos modos de comunicação e disseminação

de informações, ampliando, assim, as oportunidades para participação, interação e o exercício da cidadania, por exemplo.

Castells (2005) refere-se a esse fenômeno como comunicação em rede e a caracteriza pela interconexão entre produção, distribuição e consumo de conteúdos midiáticos, dissolvendo a tradicional separação entre produtores e receptores de informação. De acordo com Jenkins (2010), em decorrência do avanço das tecnologias de comunicação, novos modelos de interação demonstram que a criação e o consumo de conteúdo ocorrem de forma integrada, impulsionando uma cultura participativa na qual os consumidores reivindicam um papel ativo na construção da informação.

A ascensão da internet ampliou o acesso à informação e criou novos espaços para a participação social. Para Luvizotto (2016), “muitas ações de caráter político-social se fortaleceram e se potencializaram à medida em que a internet deu suporte a elas, utilizando sua arquitetura em rede para disseminar informação e promover a discussão coletiva” (LUVIZOTTO, 2016, p. 297-298). Esses ambientes digitais permitem que cidadãos comuns denunciem injustiças e cobrem ações de governantes, fortalecendo o exercício da cidadania. Movimentos sociais como a Primavera Árabe, #EleNão e a mais recente #CriançaNãoÉMãe, no Brasil, ilustram como a internet pode ser uma ferramenta poderosa para a participação e a mobilização popular.

Nessas plataformas digitais, os debates sobre os desafios e as oportunidades para o exercício da cidadania têm ganhado cada vez mais destaque, no entanto, é importante ressaltar que, além de viabilizar a participação, esses espaços também são utilizados para a propagação de conflitos, tensionamentos e discursos de ódio direcionados a grupos historicamente marginalizados, permitindo que tais narrativas ganhem visibilidade e alcance.

As tecnologias digitais expandiram as possibilidades para a propagação de discursos de ódio, assim como para a criação e difusão de narrativas e contranarrativas de diversas ordens, frequentemente direcionadas a grupos minoritários. Ao se apropriar de ferramentas digitais, esses grupos exploram o “[...] potencial alcance global, favorecido pela rápida distribuição de conteúdos via redes sociais, dada a escala e velocidade do ambiente online” (SENA; LUVIZOTTO, 2019, p. 03), com o objetivo de expandir e potencializar a difusão de suas mensagens.

Nos últimos anos, tem-se observado uma crescente onda conservadora, alinhada com tendências globais, que se manifesta, em grande parte, através das redes sociais, impulsionada,

sobretudo, pela ascensão de movimentos políticos de direita e extrema-direita. No cenário brasileiro, esse fenômeno está intrinsecamente ligado ao retorno de agendas no cenário político que defendem valores conservadores e tradicionais, como a família heteronormativa, o patriotismo, o nacionalismo e a preservação de certos padrões morais, frequentemente sustentados por bases religiosas (NASCIMENTO; PRESTES, 2024).

Plataformas digitais como X, Facebook, Instagram, YouTube e Telegram, por exemplo, são utilizadas como meios de difusão de conteúdos alinhados aos ideais conservadores difundidos por esses grupos, possibilitando que esses atores, individuais ou coletivos, alcancem um público heterogêneo, ampliem sua rede de seguidores e fortaleçam a adesão às suas perspectivas ideológicas. Com a ascensão desses atores nas redes sociais e considerando que a lógica algorítmica dessas plataformas opera dentro do modelo do capitalismo digital, o qual privilegia conteúdos mais populares e engajados, independentemente de sua veracidade (MOROZOV, 2018), grupos dissidentes, como feministas, negros, imigrantes e integrantes do movimento LGBTQIAPN+, por exemplo, tornaram-se alvos frequentes de ataques no ambiente digital. Essas agressões não se restringem a comentários ofensivos, mas frequentemente se manifestam por meio de campanhas de desinformação, assédio sistemático e até incitação à violência, comprometendo a qualidade do debate democrático e contribuindo para o silenciamento e a exclusão desses grupos da esfera pública, dificultando o exercício pleno da cidadania e reforçando dinâmicas de opressão e desigualdade estrutural.

Diversos atores conservadores têm se mobilizado com o objetivo de restringir direitos adquiridos ou em constante debate na esfera pública, especialmente aqueles voltados para grupos minoritários. Nesse contexto, “as conquistas de um movimento tornam uma preocupação genérica em uma ameaça concreta e urgente, oportunizando a constituição de um contramovimento social” (SILVA; PEREIRA, 2020, p. 36). Esse fenômeno pode ser compreendido como uma reação às transformações sociais ocorridas nas últimas décadas. De acordo com Nascimento e Prestes (2024, p. 272) “a globalização, a ampliação dos direitos civis para minorias e o avanço das tecnologias de comunicação deram maior visibilidade a pautas progressistas, gerando um contramovimento que busca resgatar valores vistos como ameaçados”.

Diante da ascensão de agendas progressistas, tanto atores individuais quanto grupos organizados exercem pressão sobre a esfera pública, buscando reverter esses direitos. Essas ações de mobilização social manifestam-se, sobretudo, visando a “restrição dos direitos sexuais

e reprodutivos, na proibição da educação sexual nas escolas, na promoção de políticas familiares conservadoras e na criminalização da comunidade LGBTIQ+” (BONET-MARTÍ, 2021, p. 66, tradução nossa), entre outras medidas.

Na próxima seção, direcionamos nosso olhar para as dinâmicas de gênero feministas e seus respectivos movimentos de oposição, os quais se manifestam com o objetivo de preservar o *status quo*, reverter direitos já adquiridos e se posicionar contra agendas reivindicadas por esses grupos.

### 3. Dinâmicas feministas e antifeministas

Diversas autoras se dedicam à definição do movimento feminista. Embora não haja consenso absoluto, as concepções convergem para a compreensão do feminismo como uma luta social e política voltada à eliminação das desigualdades e injustiças estruturais que afetam as mulheres, as quais permanecem em situação de subalternidade até os dias atuais. Nesse sentido, o feminismo busca a equidade no tratamento de todas as pessoas, independentemente do gênero e dos demais marcadores sociais da diferença, assegurando-lhes, assim, igualdade de oportunidades. bell hooks<sup>4</sup> (2018, n.p) afirma que o feminismo é “um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”. Embora esse movimento seja frequentemente compreendido como um fenômeno homogêneo, o feminismo é plural e abrange distintas vertentes teóricas e políticas. Entre elas, os feminismos interseccionais emergem como uma das abordagens mais relevantes na contemporaneidade, ao reconhecerem as múltiplas formas de opressão como gênero, raça e classe se entrecruzam e moldam as experiências dos indivíduos (AKOTIRENE, 2019).

Diante dessa perspectiva, é possível compreender que o movimento feminista não é caracterizado por um extrato social uniformizado, mas sim por uma “construção interseccional multifacetada que toca não apenas no recorte de gênero que o movimento coloca, mas alicerça-se para além da divisão binária compreendendo que não existe uma uniformidade no extrato social que compõe tal movimento” (BELAM, 2023, p. 59-60). É a partir da teoria interseccional que o movimento feminista passa a observar as diversas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, uma vez que esse conceito possibilita uma análise mais aprofundada das variadas desigualdades que se entrelaçam na experiência feminina.

---

<sup>4</sup> Este trabalho respeita a decisão da autora de não seguir as convenções linguísticas que estabelecem o uso de letras maiúsculas para nomes próprios. Assim, o nome da mesma é apresentado em minúsculas, em conformidade com sua preferência pessoal.



Na contemporaneidade, o termo “interseccionalidade” extrapola a noção de gênero, raça e classe que o originou (SARDENBERG, 2015), abordando grupos discriminados por outras condições sociais que marcam a diferença como orientação sexual, identidade de gênero, religião, deficiência, geolocalidade, etnia, além de outras dimensões de identidade. Nesse sentido, a identidade, bem como as representações sociais, são elementos importantes para as teorias feministas, uma vez que o campo simbólico desempenha um papel importante na construção da subjetividade e dos gêneros (ARRUDA, 2019).

Embora a ascensão dos feminismos interseccionais tenha representado um avanço significativo, também suscitou reações adversas de movimentos antifeministas. O antifeminismo manifesta-se de diversas maneiras, que vão desde discursos que minimizam as desigualdades de gênero até ações que buscam deslegitimar a luta feminista. De acordo com Faludi (2001), o antifeminismo emerge como uma reação aos avanços conquistados pelas mulheres na esfera pública e indivíduos ou grupos organizados se posicionam “em oposição às ideias, políticas e pessoas que compõem o movimento feminista” (BONET-MARTÍ, 2021, p. 62).

Atualmente, os feminismos têm aprofundado suas agendas por meio de pautas interseccionais, enquanto os contramovimentos, de maneira equivalente, têm manifestado uma aversão às “diferenças e desigualdades sociais, articulados com outros marcadores sociais que procuram restringir as reivindicações feministas com relação a ampliação dos direitos de grupos socialmente vulneráveis” (CRUZ; DIAS, 2015, p. 40) como: mulheres, negros, comunidade LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, imigrantes e outros. Nesse contexto, os antifeminismos se opõem à participação política das mulheres, ao direito ao aborto, assim como ao acesso e à ampliação de direitos para negros e para a comunidade LGBTQIAPN+, por exemplo.

A diversidade das agendas dos contramovimentos feministas reflete uma complexidade igualmente notável na base de seus atores sociais. Esses contramovimentos são compostos por redes heterogêneas de atores sociais e organizações que se unificam em torno de um objetivo comum: confrontar as demandas e os êxitos sociais dos feminismos na esfera pública, disputando espaços de poder. Considerando que as mobilizações e conquistas do movimento feminista hegemônico atuam como catalisadores para o surgimento de contramovimentos, os atores sociais que os constituem possuem identidades, interesses e valores diversos, e até mesmo conflitantes. Assim, é possível inferir que “não há uma identidade compartilhada, mas

sim uma alteridade, uma ameaça que faz tais redes se sobreporem, conformando uma nova rede em comum” (ARAGUSUKU, 2022, p. 06). Dessa forma, a composição dos novos contramovimentos feministas oscila conforme as agendas reivindicadas pelos feminismos na esfera pública. Esses grupos podem incluir tanto atores individuais, como líderes e ativistas religiosos, influenciadores digitais e parlamentares, por exemplo, quanto atores coletivos, como partidos políticos, institutos e centros religiosos, organizações pró-família, entre outros. (ARAGUSUKU, 2022).

Considerando o exposto, é possível inferir que o antifeminismo exerce um importante papel para a formação e a manutenção de estruturas sociais e políticas que visam restringir o avanço de direitos destinados ao público feminino na esfera pública. A oposição às agendas feministas revela uma resistência às transformações sociais, especialmente no que tange às normas de gênero e sexualidade, onde adeptos do antifeminismo lutam pela manutenção de um modelo social que privilegia a heteronormatividade e a binariedade, visto que esses atores consideram abjeto tudo o que foge desse padrão. A luta pela restauração do *status quo* e contra as transformações sociais revela tensões com visões progressistas que lutam em prol da diversidade. Esses embates culminam, portanto, em um campo de disputas de poder e protagonismo entre narrativas e contranarrativas sociais.

Na próxima seção, apresentaremos o percurso metodológico utilizado pela pesquisa, com vistas a alcançar o objetivo de compreender as dinâmicas estabelecidas por atores conservadores através das redes sociais digitais e seus impactos nos feminismos e nas suas práticas cidadãs.

#### **4. Procedimentos metodológicos**

De cunho exploratório, este trabalho compreende a realização de entrevistas em profundidade semiabertas de caráter qualitativo para alcançar informações sobre os estudos e a atuação do contramovimento feminista, seus atores e impactos nas práticas cidadãs, através do contato com pesquisadoras que estudam a temática. Essa abordagem permite identificar as diferentes maneiras de descrever fenômenos, a flexibilidade de resposta e a possibilidade de o pesquisador ajustar as perguntas em um diálogo crítico com a realidade, através da exploração de um assunto a partir da busca de informações e percepções dos entrevistados (DUARTE, 2010).



Esse tipo de entrevista tem origem através de um roteiro de questões que servirão de guia para cobrir os interesses da pesquisa, entretanto, apresentando a pergunta da forma mais aberta possível devido a flexibilidade que o modelo proporciona. Conforme propõe Duarte (2010), organizamos entre quatro e cinco questões e cada resposta foi explorada ao máximo. A vantagem dessa abordagem consiste na possibilidade de criar uma estrutura para a comparação de respostas através da sistematização das informações e sua respectiva análise em categorias (DUARTE, 2010).

As quatro entrevistas em profundidade realizadas com pesquisadoras da área foram fruto do estágio de pesquisa internacional realizado na Florida State University – Estados Unidos, no ano de 2024. Em estudos qualitativos são preferíveis poucas fontes, porém com qualidade, que possuam informações confiáveis e relevantes sobre o tema. Portanto, a seleção das entrevistadas não foi probabilística, mas de acordo com o notório trabalho desenvolvido pelas pesquisadoras nos estudos sobre movimentos feministas e antifeministas. Apesar de serem entrevistas aplicadas em um contexto estadunidense, o material oferece bases para a compreensão das dinâmicas brasileiras e as influências nas perspectivas globais. Citações das entrevistas transcritas neste artigo foram traduzidas para o português pelas autoras.

Para cumprir com o objetivo proposto através do material coletado, recorreremos à técnica de Análise de Conteúdo para análise e descrição da amostra através de procedimentos sistemáticos (BARDIN, 2011). Após realizar a leitura flutuante, selecionamos e mantivemos das falas das entrevistadas os trechos que correspondem aos objetivos de investigação deste estudo, indicando as dinâmicas e estratégias de comunicação, atores contemporâneos do antifeminismo e contextos políticos, por exemplo.

## **5. Antifeminismos contemporâneos e suas pautas**

Para a entrevistada 1, quando há uma onda do movimento feminista, há uma contra mobilização. A reação e oposição ao feminismo não são fenômenos recentes, mas recorrentes ao longo da história, sendo observadas desde o Movimento Sufragista, passando pelo início da chamada “segunda onda” feminista (KRETSCHMER; MANSBRIDGE, 2017), até a geração atual. Atualmente, o movimento enfrenta momentos de contestação devido ao crescimento de opositores, incluindo atores políticos conservadores que questionam se o feminismo ainda pode ser considerado um movimento “vivo” (REGER, 2012).

Além da constante oposição ao feminismo, as entrevistadas 1 e 4 destacaram semelhanças nas agendas antifeministas ao longo do tempo, observando padrões recorrentes tanto nas pautas quanto nos comportamentos. Inicialmente liderado por mulheres de classes abastadas contrárias à ampliação dos direitos de mulheres negras, imigrantes e trabalhadoras, o movimento mantém a criminalização do aborto como uma de suas principais disputas. Nos EUA, o tema ganhou força com a revogação de *Roe v. Wade*<sup>5</sup>, enquanto no Brasil, o julgamento sobre a descriminalização do aborto até a 12ª semana, liberado pela então ministra Rosa Weber em 2023, mobilizou redes sociais, gerando apoio, mas também resistência com reforço de estigmas sobre o tema.

Como aponta a literatura sobre contramovimentos (STAGGENBORG; MEYER, 2022), grupos opostos tendem a responder e se adaptar continuamente às ações de seus adversários, consolidando-se como movimentos opostos caso essa disputa se prolongue ao longo do tempo. Esse padrão também foi identificado pela entrevistada 4 na relação entre o movimento feminista e os atores antifeministas.

[...] Acho que o que os movimentos opostos nos ajudam a pensar são as maneiras pelas quais os movimentos se ajustam uns aos outros. Então, não é apenas uma reação, porque os movimentos estão sempre reagindo a algo, mas é como eles evoluem e estão reagindo uns aos outros ao longo do tempo. Esses dois evoluíram tão de perto, o que faz sentido, certo? Eles se desenvolveram ao mesmo tempo, pelo menos nos Estados Unidos, a ideologia de gênero surgiu ao mesmo tempo em que as mulheres começaram a lutar por seu direito de voto.

Embora as disputas políticas e culturais entre esses atores ocorram há décadas, elas continuam sendo fundamentais para compreender a dinâmica contemporânea. Em gerações anteriores, os argumentos do contramovimento centravam-se na defesa da vida doméstica como papel essencial das mulheres e na preservação das normas de gênero. Assim como em outros momentos históricos, atualmente grupos antifeministas se organizam para se opor a agendas como essas e para sustentar uma cultura baseada em diferenças biológicas, um tema amplamente discutido em estudos sobre reações conservadoras à chamada “ideologia de gênero” (CORREDOR, 2019; CASE, 2019). Esse padrão de *backlash* foi identificado pela entrevistada 2 ao longo da história do movimento feminista:

Temos um político aqui que era um pregador/pastor e que disse ‘o feminismo faz as mulheres quererem matar seus bebês, ter amantes lésbicas e praticar bruxaria’. E muitas vezes essa reação não é realmente baseada em nenhum tipo de engajamento

<sup>5</sup> Foi um caso judicial ocorrido em 1973 no qual a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que a Constituição do país deveria proteger a liberdade individual das mulheres grávidas, garantindo-lhes a opção de fazer um aborto sem alguma restrição governamental. Essa jurisprudência, que desencadeou um debate nacional, foi revogada em 2022 e cada estado passou a decidir suas próprias regras em relação ao aborto.

real com as ideias, é engajamento com as imagens de como a sociedade está mudando.

Da mesma forma, a entrevistada 4 observa que a questão “trans” se tornou um tema central entre os conservadores, refletindo sua crescente preocupação com debates sobre gênero. Segundo ela, “colocar tudo isso na ‘cesta trans’ tem sido uma forma muito útil para eles obterem apoio adicional para sua agenda”. O movimento antifeminista tem ampliado sua base de apoio ao construir uma retórica capaz de gerar ampla ressonância, mesmo entre atores com posições políticas e ideológicas distintas. Em consonância com a literatura supracitada, a entrevistada 4 apontou que, “é essa coisa estranha em que eles não necessariamente têm uma ideologia política compartilhada [...], mas também podem ser a mesma pessoa por causa desse entendimento compartilhado do que está acontecendo”.

Os posicionamentos que compõem a agenda atual dos movimentos opositores podem estar enraizados em sentimentos de ressentimento e arrependimento em relação à promoção de políticas progressistas implementadas a partir dos anos 2000, especialmente na América Latina (HOOKER, 2020). Para a entrevistada 3, as vozes antifeministas emergem de uma profunda frustração, particularmente entre homens brancos de classe média, diante da perda de poder econômico e do agravamento das condições de trabalho. Em vez de atribuírem essa insatisfação às consequências da globalização, esses grupos frequentemente elegem mulheres imigrantes e pessoas racializadas como bodes expiatórios de suas queixas e frustrações. Nesse sentido, a entrevistada 4 acrescenta:

Uma das coisas que tem sido interessante no movimento antifeminista contemporâneo é a maneira como eles se alinharam mais claramente com uma espécie de retórica populista, que é diferente do passado. Vou pegar o exemplo de quando Donald Trump estava concorrendo pela primeira vez. Muitos grupos antifeministas estavam muito desconfiados dele, e certamente não acreditaram em sua palavra, de que ele [Trump] se importava com as mulheres [...]. Mas foi interessante que, uma vez que ele foi eleito, muitos dos grupos antifeministas apenas disseram ‘ok, estamos observando você, veremos o que você vai fazer’, mas dentro de alguns meses, ‘estamos totalmente a bordo’. E eles têm alinhado cada vez mais sua retórica com o jeito de Trump falar sobre o mundo [...]. As mulheres trans têm sido provavelmente a maior questão na qual eles têm amplificado parte da retórica de Trump sobre questões de imigrantes e transexuais.

É possível observar que a agenda “trans” e a oposição às perspectivas de gênero, assim como outras pautas relacionadas ao movimento feminista, vêm se consolidando atualmente por meio da atuação de ativistas e agentes políticos diversos, que alcançam crescente repercussão e visibilidade. Historicamente, tanto o movimento feminista quanto seus opositores se estruturaram por meio de organizações de movimentos sociais. No entanto, todas as

entrevistadas concordaram que o antifeminismo contemporâneo não se limita a organizações formais, expandindo-se também por outros canais que têm ganhado destaque, especialmente no ambiente digital.

Acho que é certamente uma mistura, pelo menos nos EUA, porque temos grupos muito formais, como o Concern Movement for American, Eagle Forum. São dois dos grupos mais antigos dos EUA que são anti feministas e ainda são bastante poderosos nos EUA. Mas agora você tem esses podcasts que são bastante influentes, e também think tanks, como a Heritage Foundation [...]. Então, sim, você tem uma variedade de atores (Entrevistada 4).

Ao mencionar figuras proeminentes que se opuseram ao feminismo em momentos decisivos de suas gerações, como Phyllis Schlafly, a entrevistada 1 destacou também mulheres engajadas politicamente em movimentos e partidos conservadores. Essas mulheres, segundo ela, muitas vezes disfarçam sua resistência ao feminismo ao se apropriar do próprio termo, apresentando-se como defensoras dos direitos e do bem-estar das mulheres. Um exemplo citado é a organização estadunidense Feminists for Life, que, embora se declare feminista, é contrária à prática do aborto, argumentando que a defesa da vida também pode ser uma pauta feminista. A entrevistada 3, por sua vez, ressaltou que o feminismo carrega consigo um certo estigma desfavorável que faz com que seja visto como complexo e pouco atraente. Essa percepção, segundo ela, é resultado do sucesso de narrativas antifeministas anteriores que retratavam as feministas de forma negativa e estereotipada.

Movimentos e atores antifeministas não devem ser desconsiderados do jogo político na busca por mudanças sociais. Como destacado por Schreiber (2017), é especialmente relevante prestar atenção às mulheres conservadoras e antifeministas, visto que desconsiderar sua representação significa negar o impacto de seu ativismo em mobilizar outras mulheres e definir o que é de seu interesse. Essas figuras oferecem legitimidade para públicos que não se identificam com o movimento feminista, mas que também não se sentem representados por homens conservadores. Elas têm o poder de moldar a opinião pública, influenciar formuladores de políticas e, certamente, representam uma resistência organizada ao feminismo e suas iniciativas em defesa da cidadania.

No contexto brasileiro, é possível identificar representações significativas desse fenômeno por meio de discursos midiáticos e práticas políticas, como é o caso de Damara Alves (ANDRADE, 2023) e Jair Bolsonaro, ex-presidente do país, frequentemente mencionado em estudos por sua postura contrária à “ideologia de gênero” e às políticas progressistas (AVELAR *et al.*, 2022; SANDERS; JENKINS, 2022). Além disso, um padrão

recorrente observado nas entrevistas foi o destaque dado ao ambiente digital e às redes de comunicação como ferramentas fundamentais para a organização e ampliação da visibilidade desses atores. Esses espaços virtuais têm se mostrado estratégicos para a disseminação de suas ideias e para a mobilização de apoiadores.

## 6. Comunicação e estratégias

As entrevistas realizadas também tiveram como objetivo compreender as dinâmicas de mobilização e comunicação adotadas pelo antifeminismo, permitindo assim uma reflexão sobre sua organização e seus possíveis impactos nas sociedades democráticas. Todas as profissionais entrevistadas destacaram o papel fundamental das mídias sociais digitais tanto para o movimento feminista quanto para seus contramovimentos, ressaltando a dinâmica de constante resposta e interação entre esses atores. No contexto do ativismo jurídico em torno do aborto, a entrevistada 1 observou que, quando um dos lados sofre uma derrota no tribunal ou no âmbito legislativo, a opinião pública tende a se afastar de sua posição. Isso exige que o grupo derrotado elabore uma resposta tática e inove em seus argumentos, adaptando-se ao posicionamento de seus opositores e ao clima político vigente.

Para a entrevistada 4, “temos muito mais conflitos, porque a tecnologia digital tornou isso possível”. Embora reconheça que reações de oposição sempre tenham existido, ela observa que, no contexto do feminismo, há um número desproporcional de mulheres progressistas que são alvo de assédio e ameaças online. Ainda assim, destaca que as plataformas digitais também podem ser ferramentas poderosas para impulsionar causas e promover mudanças, como ocorreu com o movimento “Me Too” em seu país. “Mas há custos e o custo parece ser muito maior, costumava ser muito mais difícil descobrir onde alguém morava e vir assediá-lo. E infelizmente, é muito mais fácil obter o número de telefone de alguém agora ou descobrir onde ele mora e assediá-lo diariamente”.

Com o amadurecimento do uso das plataformas digitais, esses espaços podem contribuir para que desigualdades sejam erodidas, mas também reforçadas. À medida que as mulheres conquistam maior presença em espaços públicos historicamente dominados por homens e que movimentos feministas desafiam normas de gênero estabelecidas, dinâmicas de poder emergem no ambiente digital, frequentemente resultando em ataques de cunho misógino como forma de resistência à presença e voz públicas de mulheres (SOBIERAJ, 2018). No contexto digital, ideias antifeministas tendem a se disseminar de maneira mais ampla e pessoal,

favorecendo a formação de comunidades online, como a "Red Pill", composta por ativistas dos direitos dos homens que alegam estar marginalizados por um Estado indiferente à sua existência. Esses grupos encontram na política convencional, oportunidades para resistir e minar o feminismo (DIGNAM; ROHLINGER, 2019). Diante desse cenário:

[...] o feminismo está em todo lugar porque está muito difundido na sociedade. Então isso volta ao meu ponto, como está em muitos outros movimentos, mas também se espalhou pelas nossas mídias sociais. Acho que o antifeminismo também está no mesmo lugar, nas mídias sociais. E sabemos que há lugares que são muito perigosos para as mulheres online, certo? A mídia social também é um lugar perigoso para as mulheres. É antimulher, mas também é antifeminista (Entrevistada 2).

O exemplo da campanha “Shout Your Abortion” descrito pela entrevistada 4 ilustra as consequências enfrentadas por essas mulheres. A campanha surgiu nas redes sociais com o intuito de compartilhar histórias e experiências diversas de pessoas que fizeram ou sofreram um aborto, para reduzir o estigma em torno do tema. No entanto, sua página no Facebook foi alvo de ataques constantes, levando à sua remoção como uma estratégia de silenciamento. Para a entrevistada, isso parece ser menos verdade para mulheres conservadoras e antifeministas, por exemplo, à medida que elas reforçam o *status quo* e não o desafiam, assim como fizeram as ativistas da campanha.

Todas as entrevistadas também mencionaram um fenômeno recente nas plataformas digitais: o movimento “Tradwife”. Esse termo se refere às mulheres que optam por adotar papéis de gênero extremamente tradicionais e convencionais. No TikTok, inúmeros vídeos abordando essa temática têm sido compartilhados, seguindo um padrão previamente identificado pela entrevistada 1: mulheres que valorizam um estilo de vida doméstico, algo viável sobretudo para aquelas em posições socioeconômicas mais privilegiadas. Para a entrevistada 4, esse fenômeno não é novo, mas sim uma repetição de padrões, diferenciando-se apenas na forma como é apresentado e comunicado:

[...] Certamente ao longo da história dos Estados Unidos, feministas e antifeministas evoluíram umas com as outras, desde o sufrágio e é fascinante que alguns dos argumentos e quadros centrais simplesmente não mudem, onde as mulheres anti-sufrágio se preocupavam com a feminilidade tradicional e isso é a mesma coisa que vemos hoje. [...] Mesmo que a tecnologia mude hoje como elas podem espalhar suas mensagens ou ‘Tradwives’ como a mais nova variante da mesma mensagem que nós vemos.

A defesa de ideias que pregam a permanência das mulheres no espaço doméstico em detrimento do público, a oposição aos direitos reprodutivos e a promoção de movimentos pró-vida configuram, segundo a entrevistada 2, contramovimentos que podem se fortalecer a depender da conjuntura política, funcionando como uma reação às conquistas e políticas



feministas. No contexto político contemporâneo, a entrevistada 4 argumenta que determinadas figuras públicas ofereceram aos grupos antifeministas novas formas de enquadrar seus discursos, associando-os a uma retórica populista, o que os tornou mais relevantes e ressonantes para amplas parcelas da sociedade. Ao se alinhar a discursos populistas e misóginos, esses contramovimentos ganharam influência por meio de diferentes canais, como podcasts e think tanks conservadores, além de uma rede diversificada de atores que amplificam mutuamente suas mensagens.

E o que vimos na era digital é que agora eles estão usando tecnologias para amplificar as mensagens uns dos outros e chegar na mesma página discursivamente, ainda mais do que faziam no passado. Então, você pode ouvir algo que está no Joe Rogan [podcaster], mas que também está na Fox News, que também está em algum relatório que a Heritage Foundation citou em uma variedade de canais. Eles têm uma sinergia de uma forma que nunca tiveram antes, onde podem cooperar, comunicar e amplificar mensagens quase perfeitamente (Entrevistada 4).

Um tema recorrente nesse contexto, mencionado em algumas das entrevistas, diz respeito aos atletas transgênero. O debate se intensifica especialmente em modalidades universitárias, que, embora frequentemente recebam menos atenção midiática, tornam-se foco de oposição quando a presença de um atleta transgênero em uma equipe é utilizada para amplificar a controvérsia, criando a percepção de que a pauta está no centro das discussões públicas.

Em um cenário global, o compromisso com o essencialismo biológico que sustenta a coalizão antifeminista também encontra unidade nos constantes ataques à esfera da educação, que se torna um espaço estratégico para a imposição de sua agenda. A entrevistada 2 destaca iniciativas voltadas à retirada e proibição de livros que abordam questões queer, sexualidade e transgeneridade, além de narrativas sobre abuso sexual e tentativas de barrar o ensino de sociologia introdutória. Essas ações refletem um esforço coordenado para suprimir ideias progressistas, utilizando retóricas e discursos compartilhados que ganham visibilidade por meio de estratégias de comunicação articuladas. “Acho que estamos realmente no momento difícil para as democracias, porque a retórica está vencendo [...]” (Entrevistada 4).

As redes unificadas formadas por meio dessa retórica certamente influenciam na percepção das ideias feministas e, conseqüentemente, do movimento como um todo. A entrevistada 3 destaca que a forma como as ideias feministas são comunicadas pode gerar tanto apreensão quanto conscientização, evidenciando um processo estratégico de moldagem discursiva. Nesse sentido, a escolha da linguagem e da abordagem adotadas não ocorre de maneira aleatória, mas sim como uma decisão calculada—semelhante a uma estratégia de

marketing—para manter o controle sobre a narrativa, como no caso da formulação de artigos de opinião para um jornal.

[...] porque se for usado de uma forma para obter certas visualizações, é mais provável que provoque uma resposta de antifeministas que pode ser assustadora ou difícil de lidar. Então eu acho que o enquadramento às vezes é sobre visibilidade, e às vezes sobre ajudar a mudar a maneira como as pessoas veem as coisas, e às vezes é sobre proteger ou esconder.

O antifeminismo contemporâneo, amplificado por uma rede em expansão de atores e plataformas digitais, representa um obstáculo significativo para movimentos feministas e outras iniciativas progressistas. Isso se deve ao fato de que as ideias feministas se expandiram para outras esferas de mobilização coletiva que incorporam uma perspectiva feminista em suas agendas – como o movimento por justiça climática. Embora as plataformas digitais e as tecnologias de comunicação tenham inegável participação na amplificação de vozes conservadoras e misóginas, a entrevistada 3 destaca que a mudança cultural também é fortemente moldada por elites políticas cujos discursos desempenham um papel central na legitimação e disseminação dessas ideologias.

Acabamos de ouvir Vance falando sobre mulheres sem filhos ou Sarah Huckabee Sanders dizendo que Kamala Harris não tem filhos para mantê-la humilde, certo? Então eu acho que tem havido uma permissividade cultural em torno desse tipo de discurso, que não é que o sentimento seja novo, é apenas que o sentimento não é mais de alto risco para ser expresso em voz alta. E acho que a internet e esses espaços online garantem que você esteja perto de outras pessoas que serão receptivas a essa mensagem [...].

Portanto, a sofisticação algorítmica desempenha um papel crucial na identificação de indivíduos mais receptivos a conteúdos e mensagens antifeministas e misóginas. Para a entrevistada 3, torna-se evidente a forma como a socialização política entre jovens ocorre por meio da exposição a esses temas, que anteriormente circulavam em plataformas como 4chan e Reddit e, atualmente, estão amplamente disseminados nas principais redes sociais. Esse cenário demonstra a permanência de espaços digitais hostis às mulheres e aos seus direitos, seja por meio de conteúdos gerados pelos próprios usuários ou pela amplificação dessas narrativas por outros atores, incluindo veículos de comunicação tradicionais.

## 7. Considerações finais

A revisão bibliográfica e as entrevistas em profundidade permitiram a compreensão das iniciativas antifeministas, tanto históricas quanto contemporâneas, bem como a identificação de suas estratégias comunicacionais na mobilização de audiências e na articulação de suas agendas. Nesse contexto, a pesquisa possibilitou analisar a dinâmica entre movimentos e

contramovimentos, assim como seus impactos para a cidadania e cenários políticos democráticos.

É notória a continuidade das agendas antifeministas ao longo das gerações, caracterizadas pelo uso do poder de classe para contestar pautas relacionadas à igualdade de gênero e, mais recentemente, para direcionar ataques a outros grupos considerados vulneráveis, como imigrantes. Foi possível identificar essas semelhanças, especialmente no contexto contemporâneo, traçando paralelos entre as dinâmicas observadas no Brasil e nos Estados Unidos. Além disso, foi possível identificar a consolidação de agendas unificadas, que têm se tornado uma preocupação crescente para sociedades em nível global.

A análise permitiu dimensionar a importância das mídias digitais para ambos os movimentos investigados, uma vez que essas plataformas desempenham um papel duplo: ao mesmo tempo em que impulsionam causas voltadas para mudanças sociais, também são utilizadas para o assédio e a perseguição de ativistas feministas. Além disso, essas mídias servem como instrumento para a disseminação de uma retórica compartilhada por atores políticos conservadores de extrema-direita, que coordenam suas estratégias de comunicação para ampliar sua visibilidade na esfera pública. Esse processo é potencializado tanto pelo controle estratégico das ferramentas digitais quanto pela própria arquitetura algorítmica das plataformas, permitindo que determinadas agendas, como a oposição ao aborto e à chamada “ideologia de gênero”, alcancem maior adesão entre atores conservadores e suas audiências.

As considerações das entrevistadas permitem uma reflexão mais ampla sobre o contexto em que a guinada política à extrema-direita se insere na sua busca pela preservação de valores morais e tradicionais. O fortalecimento do populismo tem sido impulsionado tanto por frustrações econômicas quanto pelo ressentimento em relação à implementação de agendas progressistas, que, em muitos casos, ampliaram a visibilidade e a acessibilidade de grupos historicamente marginalizados. Embora este estudo não se aprofunde nas transformações políticas e culturais associadas ao sistema neoliberal, essa perspectiva representa um caminho relevante para pesquisas futuras. Um aprofundamento nessa direção permitiria a maior compreensão de como movimentos e atores mobilizam o antifeminismo para articular discursos sobre temas como imigração, ideologia de gênero, políticas econômicas, entre outros.

Em um contexto cultural e político desafiador, observa-se que o antifeminismo tem se tornado cada vez mais difuso na esfera pública, tanto em sua retórica quanto em suas estratégias de ação. A busca por garantir sua continuidade manifesta-se na disputa por vitórias judiciais e

políticas, bem como na articulação de uma reação global contra a chamada “ideologia de gênero”. Diante desse cenário, suas agendas e estratégias de mobilização suscitam um debate fundamental sobre sua influência e os impactos potenciais na participação cidadã.

Ao decorrer das perguntas, todas as entrevistadas relacionaram a disseminação global de movimentos antifeministas e suas narrativas às perspectivas cidadãs, destacando como as “ideologias de ódio” (Entrevistada 1) buscam restringir a voz das pessoas, o que pode, consequentemente, limitar a participação democrática. Quando se torna assustador e potencialmente arriscado compartilhar visões políticas que são pró-feministas, ou podem ser vistas como pró-feministas, então a invisibilidade da voz das mulheres em torno dessas questões será reduzida e isso “moldará absolutamente o cenário democrático [...], isso muda o que sabemos sobre certos tópicos, seja saúde da mulher, ou assédio sexual ou qualquer que seja o caso, e então moldaremos a compreensão pública dessas questões se essas vozes forem apagadas” (Entrevistada 3).

## Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRADE, I. G. Os afetos antifeministas de Damares Alves: Mobilização do medo e neoconservadorismo no Brasil. *In: COMPOLÍTICA*. 10., 2023, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA), 2023. Anais dos Congressos. Disponível em: <https://compolitica.org/novo/anais-2023/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

ARAGUSUKU, H. A. Um panorama do contramovimento antigênero no Brasil: emergência, redes e narrativas. *In: Anais do 46º Encontro Anual da ANPOCS*. 2022. v. 46, n. SPG 27, p. 01-21. Unicamp, virtual & presencial.

ARRUDA, A. Feminismo, gênero e representações sociais. *In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p.335-355, 2019.

AVELAR, L. *et al.* Womanhood in dispute: The impact of feminist and counter-feminist movements on the actions of congresswomen in Brazil. *In: LIMA, V.; PANNAIN, R. N.; MARTINS, G. P. (ed.). The Consequences of Brazilian Social Movements in Historical Perspective*. Routledge, 2022. cap 12, p. 228-250.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BELAM, D. C. **A Contribuição da organização do conhecimento da identificação de conceitos acerca da violência praticada contra mulheres em razão de gênero em boletins de ocorrência: Um estudo acerca de crimes de feminicídio no estado De São Paulo – Brasil**. 2023. 109f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciência da Informação, FFC - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Marília, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/244315>. Acesso em 30 de agosto de 2024.

BONET-MARTÍ, J. Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión bibliográfica de las principales perspectivas teóricas y de los debates actuales. **Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales**. v. 18, n. 1, p. 61–71, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/tekn.71303>. Acesso em: 13 fev. 2025.

CASE, M. A. Trans Formations in the Vatican’s War on “Gender Ideology”. **Signs**, v. 44, n. 3, p. 639-664, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/701498>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CORREDOR, E. S. Unpacking “Gender Ideology” and the Global Right’s Antigender Countermovement. **Signs**, v. 44, n. 3, p. 613-638, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/701171>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CRUZ, M. H. S.; DIAS, A. F. ANTIFEMINISMO. **Revista de Estudos de Cultura**, [S. l.], v. 1, n. 01, 2015. DOI: 10.32748/revec.v0i01.3651. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revec/article/view/3651>. Acesso em: 14 set. 2024.

DIGNAM, P. A.; ROHLINGER, D. Misogynistic Men Online: How the Red Pill Helped Elect Trump. **Signs**, v. 44, n. 3, p. 589-612, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/701155>. Acesso em: 11 fev. 2025.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010. cap. 4, p. 62-83.

FALUDI, S. **Backlash: um contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

HOOKE, J. How Can the Democratic Party Confront Racist Backlash? White Grievance in Hemispheric Perspective. **Polity**, v. 52, n. 3, p. 355-369, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/708946>. Acesso em: 11 fev. 2025.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2010.

KRETSCHMER, K.; MANSBRIDGE, J. The equal rights amendment campaign and its opponents. In: McCAMMON, H. J. *et al* (ed.). **The Oxford Handbook of U.S. Women's Social Movement Activism**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017. cap. 3, p. 71-88.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Comunicação, informação e repertório de ação dos movimentos sociais no Brasil e na Alemanha: Acesso a informação e participação social. **Revista EDICIC**, San José (Costa Rica), v.3, n.2, p.1-13, 2023.

LUVIZOTTO, C. K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, [S. l.], v. 30, p. 297-312, 2016. DOI: 10.17231/comsoc.30(2016).2499. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/820>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2025.

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NASCIMENTO, F. A.; PRESTES, I. S. Macho, masculino, homem: O papel do conservadorismo e das pautas de gênero e sexualidade no discurso político da extrema direita no Brasil. In: GOBBI, M. C.; AZEVEDO, S. R.; GONZÁLEZ, A. **Sobre gênero e justiça social**. Aveiro: Ria Editorial, 2024, p. 258-275.

REGER, J. **Everywhere and Nowhere: Contemporary Feminism in the United States**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.

SANDERS, R.; JENKINS, L. D. Special issue introduction: Contemporary international antifeminism. **Global Constitutionalism**, v. 11, n. 3, p. 369-378, 2022. DOI:10.1017/S2045381722000144

SARDENBERG, C. Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 02, p.56-96, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p56

SCHREIBER, R. Anti-Feminist, Pro-Life, and Anti-ERA Women. In: McCAMMON, H. J. *et al*. (ed.). **The Oxford Handbook of U.S. Women's Social Movement Activism**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017. cap. 15, p. 315-332.

SENA, K. E. R.; LUVIZOTTO, C. K. DESINFORMAÇÃO E CONTRA-NARRATIVAS NO PERÍODO PRÉ-ELEITORAL: Uma análise do fact-checking nas campanhas para Presidência do Brasil em 2018. **Anais do Compolítica 8**. Brasília: UNB, 2019, p.1-21.

SILVA, M. K.; PEREIRA, M. M. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 08, n. 20, p. 26-49. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.647>. Acesso em 10 de fevereiro de 2025.

SOBIERAJ, S. Bitch, slut, skank, cunt: patterned resistance to women’s visibility in digital publics, **Information, Communication & Society**, v. 21, n. 11, p. 1700-1714, 2018. DOI: 10.1080/1369118X.2017.1348535

STAGGENBORG, S.; MEYER, D. S. Understanding countermovements. *In*: TINDALL, D.; STODDART, M. C. J.; DUNLAP, R. E. (ed.). **Handbook of Anti-Environmentalism**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2022. cap. 2. p. 23-42.

THOMPSON, J. B. The new visibility. **Theory, culture & society**, v. 22, n. 6, p. 31-51, 2005.